

Tesouro

estuda

saída para

estados

por Ivanir José Bortot
de Brasília

O Tesouro Nacional estuda a alternativa de tomar empréstimos de longo prazo e com juros baixos junto ao Banco Mundial (BIRD) e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para aliviar as dificuldades financeiras dos estados. A dívida atual dos estados com a Caixa Econômica Federal (CEF), de R\$ 2,1 bilhões, passaria a ser financiada por esses organismos internacionais.

A estratégia que vem sendo montada tem o objetivo de melhorar o quadro das finanças dos estados e, ao mesmo tempo, reduzir o impacto do seu endividamento sobre as contas públicas. Os estados e municípios têm, no momento, um déficit operacional da ordem de 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

O presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo, acredita na possibilidade de criação de novas linhas de crédito para os estados — mais baratas e com prazos maiores do que as atuais. As linhas de financiamento para os programas de demissão de pessoal, para a transformação das operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) em dívida contratual e a linha para pagamento de débitos vencidos têm um custo médio anual de 23% mais a variação da Taxa Referencial (TR).

Cutolo disse que os juros equivalem aos custos de captação dos Certificados de Depósito Bancário (CDB) e depósitos à vista. Como são captações de curto prazo, (Cont. A-4)

GAZETA MERCANTIL

9661-1996
18581

Tesouro estuda saída para estados

18 SET 1996

GAZETA MERCANTIL

por Ivanir José Bortot
de Brasília
(Continuação da página A-1)

não são adequadas para essas operações. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, coordena um grupo de estudos do Tesouro Nacional sobre saídas para o endividamento dos estados – em que há uma tendência clara de se recorrer a linhas de empréstimos de longo prazo do BID e Bird, a exemplo do que foi feito na Argentina.

Os estados poderiam levantar recursos com prazos superior a 36 meses e com juros de no máximo 9% ao ano. O efeito desta mudança seria uma redução do desembolso com juros e uma maior folga para os governadores. O Tesouro tem interesse em patrocinar a operação, porque espera, com isso, obrigar os esta-

dos a fazer o ajuste fiscal, com a venda de suas empresas estatais deficitárias e a adoção de programas de demissão de pessoal.

A Caixa Econômica Federal poderia operar como agente financeiro do BID e do Bird, fiscalizando a aplicação dos recursos. No atual sistema de liberação de recursos para programas de demissão voluntária de servidores públicos, a CEF deposita os recursos na conta de cada funcionário.

Acre, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso, Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro tiveram créditos aprovados de R\$ 443,6 milhões para cobrir despesas de pessoal. A CEF liberou aos servidores afastados em torno de R\$ 319 milhões. O custo médio dos recursos destinados aos estados ficou em 2,24% ao mês. O BID já estuda a hipótese

de desembolsar recursos para o ajuste do quadro de pessoal de alguns estados.

A maior parte dos recursos liberados pela CEF, envolvendo R\$ 1,7 bilhão – em duas linhas de crédito de rolagem de Antecipações de Receita Orçamentária e rolagem de dívidas em atraso – não representa dinheiro novo para os estados. O refinanciamento dessas dívidas aprovados em voto do Conselho Monetário Nacional acabou impondo condições rígidas de controle que não existiam antes.

Os atrasos nos pagamentos da dívida de R\$ 2,1 bilhões com a Caixa Econômica Federal são muito pequenos justamente pelas condições impostas no contrato. A CEF pode bloquear as receitas de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e

a parcela do Fundo de Participação de cada um dos estados que deixarem de pagar suas dívidas. Com isso, a CEF conseguiu receber mais de R\$ 400 milhões dos empréstimos concedidos do final de 1995 para cá.

O pagamento feito pelo estados à CEF é um dos fatores das dificuldades financeiras que eles vêm enfrentando. “É claro que a rolagem da dívida junto à Caixa não é uma solução definitiva para seus problemas, mas pode ajudar muito”, disse um graduado funcionário do Tesouro Nacional. A alternativa de uma moratória, como vem sendo proposta por alguns governadores, não tem a menor chance de ocorrer, segundo a mesma fonte. “Se a idéia é promover uma gastança, é melhor que ela seja feita pelo próprio governo federal”, disse a fonte.

Quanto devem os estados

Linha I - Pagamento de atrasados

Estado	Valores contratados	Linha de crédito	Valores liberados	Valores a liberar	Data do contrato	Prazo		Nº de pagto. a vencer	Taxa de juro vigente - %
						Car	Total		
AC	21.000.000,00	I	21.000.000,00	0,00	09-Fev-96	0	34	7	2,3309
AL	55.000.000,00	I	55.000.000,00	0,00	09-Fev-96	0	34	7	2,3309
ES	105.000.000,00	I	105.000.000,00	0,00	31-Jan-96	5	35	8	2,2415
GO	113.400.000,00	I	113.400.000,00	0,00	31-Jan-96	6	35	8	2,2415
MA	3.000.000,00	I	3.000.000,00	0,00	02-Abr-96	0	32	6	2,3845
MT	78.076.000,00	I	78.076.000,00	0,00	22-Dez-95	6	36	9	2,3845
MT	14.000.000,00	1.2	14.000.000,00	0,00	05-Ago-96	0	1	1	2,2415
MS	52.000.000,00	I	52.000.000,00	0,00	31-Jan-96	5	35	8	2,2415
MS	8.000.000,00	1.2	8.000.000,00	0,00	22-Mai-96	0	31	4	2,3309
MG	190.000.000,00	I	190.000.000,00	0,00	15-Fev-96	0	30	3	2,3845
PA	68.464.892,64	I	68.464.892,64	0,00	29-Fev-96	0	34	7	2,3309
PE	84.000.000,00	I	84.000.000,00	0,00	15-Fev-96	4	34	7	2,3309
PI	54.951.111,95	I	54.951.111,95	0,00	22-Dez-95	0	36	8	2,3845
RS	150.000.000,00	I	150.000.000,00	0,00	09-Fev-96	0	34	7	2,3309
RJ	120.000.000,00	I	120.000.000,00	0,00	31-Jan-96	5	35	8	2,2415
RO	39.400.000,00	I	39.400.000,00	0,00	22-Dez-95	6	36	9	2,3845
SC	90.000.000,00	I	90.000.000,00	0,00	14-Fev-96	0	34	7	2,3309
SE	27.000.000,00	I	27.000.000,00	0,00	28-Dez-95	6	36	9	2,3845
TO	30.000.000,00	I	30.000.000,00	0,00	03-Jul-96	0	29	3	2,3845
Totais	1.303.292.004,59		1.303.292.004,59	0,00					

Linha II - Demissão de pessoal

AC	6.000.000,00	II	1.750.000,00	4.250.000,00	09-Fev-96	0	34	7	2,3309
BA	100.000.000,00	II	53.409.000,00	46.591.000,00	06-Mar-96	6	33	6	2,3845
MA	39.170.000,00	II	39.170.000,00	0,00	02-Abr-96	0	32	6	2,3845
MT	18.500.000,00	II	18.500.000,00	0,00	07-Jun-96	0	30	3	2,2935
PE	80.000.000,00	II	7.000.000,00	73.000.000,00	06-Ago-96	0	28	1	2,3309
RS	140.000.000,00	II	140.000.000,00	0,00	29-Abr-96	6	32	5	2,2415
RJ	60.000.000,00	II	60.000.000,00	0,00	31-Jan-96	0	35	8	2,2415
Totais	443.670.000,00		319.829.000,00	123.841.000,00					

Linha III - Operações ARO

AL	35.211.300,89	III	35.211.300,89	0,00	09-Fev-96	0	24	7	2,3309
MA	43.829.521,62	III	43.829.521,62	0,00	22-Jan-96	5	35	8	2,2415
MT	42.820.208,21	III	42.820.208,21	0,00	29-Dez-96	6	36	9	2,3845
MG	85.667.007,46	III	85.667.007,46	0,00	16-Fev-96	0	34	7	2,3309
PA	66.535.107,36	III	66.535.107,36	0,00	29-Fev-96	5	35	8	2,2415
PI	21.236.745,81	III	21.236.745,81	0,00	29-Dez-96	0	36	9	2,3845
RS	54.620.177,60	III	54.620.177,60	0,00	30-Jan-96	0	34	7	2,2415
RO	26.998.663,62	III	26.998.663,62	0,00	30-Jan-96	6	35	8	2,2415
SE	36.919.999,49	III	36.919.999,49	0,00	29-Dez-95	6	36	9	2,3845
Totais	413.838.732,06		413.838.732,06	0,00					